

Texturas de uma geopolítica feminista

Textures of a feminist geopolitics
Texturas de una geopolítica feminista

Renata Santos Cravo¹  0009-0001-6716-1680

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Psicanálise Clínica e Cultura, Porto Alegre, RS, Brasil. 90035-002 – ppgpsicanalise@ufrgs.br



GAGO, Veronica et al.

Ganhar o mundo: sobre os legados feministas.

Trad. de Mariana Echalar, Cristina Cupertino e Juliana Pavão. São Paulo: Ubu Editora, 2025.

O livro *Ganhar o mundo: sobre os legados feministas*, lançado pela editora UBU em 2025, compõe uma coletânea de textos que abarcam a transmissão das lutas feministas atualizadas por oito autoras, pertencentes a diferentes territórios, compondo a textura das heranças de feminismos situados numa dimensão geopolítica que lança olhar, sobretudo, as lutas enfrentadas pelo Sul Global. A partir dessa proposta de transmissão se faz uma crítica às sucessivas “ondas” do feminismo que, ao longo de gerações, precisou constantemente resgatar o movimento de resistir à captura de suas pautas pelo Estado e pelo capitalismo para seguir operando de formas coletivas. Na perspectiva de territorializar os feminismos, o livro aborda diferentes questões políticas que atravessam as fronteiras enrijecidas pelas estruturas de poder, a fim de recuperar a memória das lutas feministas do passado e dar direção aos questionamentos contemporâneos.

A primeira contribuição é de Verónica Gago, professora na Universidade de Buenos Aires, Argentina, e participante do coletivo Ni Una Menos. Seu trabalho faz uma leitura sistêmica das violências, reiterando a necessidade de produzir políticas feministas em todos os espaços e, nesse sentido, expõe o período da pandemia de covid-19 e a exploração do trabalho doméstico, tomando as questões de gênero e de cuidado atrelados a uma ordem social patriarcal na qual recai sobre as mulheres ocupar essa função. A insubmissão a determinadas imposições de ordens de gênero, como a questão do cuidado, pode produzir efeitos que implicam outras formas coletivas de pensar essas práticas.

Nessa direção, Gago traz um ponto-chave sobre a transformação dos vínculos a partir das relações sociais cotidianas, apostando na micropolítica que une a geografia dos espaços à capacidade subjetiva de imaginar outros modos de vida quando os encontros acontecem. O termo internacionalismo é utilizado para dizer dos efeitos experienciados pelos movimentos feministas onde essas mudanças em nível local possuem a força de repercutir numa esfera global.

Em seguida, Françoise Vergès, cientista política e historiadora nascida na França, dedica-se ao engajamento nas lutas pela emancipação e experiência de formação política na Ilha da Reunião e também traz o internacionalismo em seu caráter revolucionário para o debate. Na análise dos regimes fascistas que se reproduzem junto ao Estado, ao militarismo e ao imperialismo, a mobilização de atos concretos de solidariedade é o que pode produzir rupturas nesses regimes pautados em uma hierarquia do poder. Através da organização desses atos, Vergès ressalta que para as feministas traduzir textos e divulgá-los é uma estratégia anti-imperialista que se faz presente a partir de uma política editorial.

Cita a fundação da editora *des femmes* na década de 1970 que tinha como um dos objetivos a publicação de textos que questionavam as relações de classe de um feminismo ocidental que não considerava os efeitos do capitalismo racial e as condições de vida de quem sistematicamente sofria com as repressões do Estado. A editora *des femmes* trabalhava na contramão dos investimentos editoriais burgueses, um ato que por si só precisava lidar com a ameaça de censura vinda daqueles que tentavam recalcar as ideias feministas anti-capitalistas, anti-imperialistas e decoloniais.

Nesse mapeamento de difusão de textos que contam sobre as lutas feministas em diferentes países é que se situam o internacionalismo e a solidariedade abordados por Vergès. Ao publicar a história das lutas das mulheres localizadas nos territórios que ocupam, também se expandem as fronteiras da teorização que permitem o acesso ao conhecimento dessas ideias.

No Brasil, a filósofa e escritora Djamilia Ribeiro discorre sobre as maternidades pela ótica das yabás, orixás femininos representados nos saberes do candomblé. Essas histórias são chamadas de itã e constituem a mitologia yorubá, destacando a influência dessas raízes como parte de uma identidade brasileira não colonizada pelas crenças cristãs. Lélia Gonzalez (1984) aponta a marca colonial na cultura brasileira quando expõe as representações das mulheres negras como “mulata”, “doméstica” e “mãe preta”, numa posição de subserviência aos homens brancos.

Ao tratar sobre a maternidade no candomblé, a autora ressalta o papel das mulheres como líderes de terreiros, e o quanto isso repercute nas formas de maternar. Iemanjá destaca a senioridade como uma forma de respeito ao saber das mais velhas, Iansã retrata a autonomia das mulheres que desafiam a lógica patriarcal imposta por uma servidão doméstica, Nanã Buruku considera a recusa de ser mãe uma das formas legítimas de se posicionar em relação ao lugar da maternidade e Oxum transmite um saber sobre o autocuidado que se opõe ao estilo de vida de classes mais altas onde isso é um privilégio, pois para as mulheres negras esse tempo sempre foi capturado por um trabalho de exploração a serviço do outro. A aposta numa epistemologia das yabás mexe nas estruturas coloniais do saber.

Nascida em 1996, na Inglaterra, Lola Olufemi é a mulher mais jovem dentre as demais que integram o volume. Escritora e pesquisadora, tem interesse pelos usos do imaginário feminista e sua relação com a produção cultural, os movimentos revolucionários e o futuro. Em seu texto, discorre sobre a linguagem da crise e o poder discursivo da língua, propondo uma passagem de um estado de imobilização que a crise carrega no discurso de governos liberais para uma consciência política que produza fissuras nessa discursividade e invente formas de atravessar o que é chamado de crise.

Além disso, considera o feminismo como um método de análise ao explorar arquivos históricos do transnacionalismo, princípio fundamental do comunismo, como um conceito central na luta de mulheres negras e não brancas marxistas entre as décadas de 1970 e 90. Ao ultrapassar fronteiras espaciais para pensar numa criação compartilhada de futuro, se desnaturalizam os padrões de produção e reprodução construídos pelo capitalismo racial e se trabalha com a solidariedade entre corpos que estavam na mira da violência. Nesse sentido, Olufemi, nos seus estudos sobre objetos culturais, destaca as produções de uma intertextualidade oriunda das leituras de Marx com textos políticos de mulheres negras que motivaram a criação de zines, *newsletters*, jornais e outras publicações. Ilustra essa questão com o exemplo do jornal *Outwrite* que visava coletivizar perspectivas críticas sobre as forças ideológicas dominantes entre as Américas e a Europa. Propõe uma política do envolvimento e da comunhão em oposição ao fluxo individualista do capital.

Já Sayak Valencia é natural do México, professora, pesquisadora, transfeminista, ativista, poeta, ensaísta e performer. Em seu trabalho, ressalta a ascensão do conservadorismo nos últimos tempos, com as eleições de figuras como Donald Trump nos Estados Unidos e Jair Bolsonaro no Brasil e como isso afeta diretamente a violência sobre as comunidades trans. Nesse retorno a valores mais conservadores em relação à família e à sexualidade, o ódio direcionado às pessoas trans e dissidentes da norma é o que sustenta esses discursos moralizantes.

Numa posição transfeminista, Valencia sublinha alguns pontos de tensionamento no próprio movimento feminista que se fragmenta com discursos biologizantes sobre a condição do que é uma mulher, nos quais feministas excluem mulheres trans das pautas do movimento. Assim, com aporte das teorias de gênero, destaca a urgência de desvincular sexo e gênero como determinantes fixos de uma identidade. Valencia coloca o transfeminismo como uma ferramenta

epistemológica justamente por ser capaz de contestar as normas que estão naturalizadas e abrir espaços em outros campos discursivos, reconhecendo as heranças dos movimentos feministas que historicamente sempre integraram as populações afetadas pelos processos de exclusão e violência.

A contribuição seguinte é de Zahra Ali que nasceu na França e é professora de sociologia nos Estados Unidos, além de ter fundado um centro de estudos críticos do Iraque com a proposta de produzir saberes emancipatórios nesse país. Numa dimensão geopolítica, expõe o cotidiano vivido pelo povo iraquiano em um território historicamente marcado por guerras provenientes de disputas econômicas e políticas. A partir disso, reitera que todo saber é situado e propõe o seu posicionamento feminista transnacional para sacudir a geografia imaginária que pode vir a separar as lutas das mulheres.

A socióloga conta sobre a organização de manifestações em praças públicas, como em Bagdá e Nassíria, onde as mulheres se reapropriam do espaço público e resistem aos cenários bélicos do país, compartilham um espaço comum com pessoas de diferentes classes sociais com o intuito de construir uma organização coletiva dos encontros que ali acontecem. Na proposta de uma metodologia feminista crítica de reimaginar o tempo e espaço, Ali questiona de que forma é possível redefinir as fronteiras da política, argumentando que a ocupação do espaço público pode ser um determinante na construção das formas de vida que se deseja viver: “É sobretudo na rua que se faz teoria, porque é na rua que a teoria deve fazer sentido.” (Veronica GAGO *et al*, 2025, p. 162).

O texto subsequente é de autoria de Rama Salla Dieng. Natural de Dakar, no Senegal, atua como professora e pesquisadora dos movimentos feministas que denuncia o apagamento das mulheres na política e na literatura. Desde o título de seu ensaio indica que a palavra pode ser uma arma e, com isso, retoma a participação política das mulheres entre as décadas de 1950 e 80 na revista *AWA* e no jornal *Fippu*, ambos publicados no Senegal e distribuídos na África. Ao se apropriarem das palavras, as mulheres também se apropriam de espaços que foram negados a elas.

Ao restagar a ideia da política editorial já exposta anteriormente por Vergès e Olufemi, Dieng posiciona o texto como um instrumento de libertação para as mulheres. Quando ressalta a questão do apagamento feminino no campo político e literário, coloca em evidência a representação das mulheres idealizadas como mãe ou como figuras subalternas em relação à posição dos homens. A escrita e publicação de textos, entendidas também como uma forma de expressão de atos políticos, detinham a capacidade de operar nisso que estava obliterado nas histórias sobre os lugares das mulheres e disseminar informações para aquelas que não tinham conhecimento dos lugares de subordinação que ocupavam na estrutura social patriarcal.

O livro finaliza com o texto de Silvia Federici, filósofa feminista nascida na Itália e pioneira nas reivindicações acerca das condições de remuneração e reconhecimento do trabalho doméstico (Silvia FEDERICI, 2019). Ela faz uma homenagem em memória à Maria Mies, feminista nascida em família camponesa alemã, que teve como seu território de formação intelectual e política os anos vividos na Índia. Mies dedicou sua vida aos estudos sobre o trabalho feminino de reprodução, desde a discriminação contra as mulheres nas comunidades de caça e coleta até as sociedades capitalistas.

Em suas análises, apesar da influência marxista, Mies propunha uma leitura crítica da economia política capitalista que colocava o trabalho doméstico como uma forma de produção, no caso, a produção da própria força de trabalho, enquanto Marx se atentava para análise do trabalho industrial. Nessa divisão sexual do trabalho, encontrou pontos importantes para questionar as suposições ligadas ao discurso da natureza humana que determinava o que era função das mulheres. Portanto, a desvalorização do trabalho de cuidado é também um projeto econômico a serviço do capital que precariza e o torna praticamente invisível. Nesse ponto, Vergès (2019) salienta para uma divisão sexual e racial, na qual o trabalho afetivo de cuidado se separa do trabalho de limpeza, sendo este mais insalubre e com piores condições para mulheres negras que o desempenham e são responsáveis por higienizar as cidades.

Uma geopolítica feminista consiste em trazer para os debates as práticas coletivas de resistência que não se dissociam das lutas contra o racismo, o colonialismo e o capitalismo. Para isso, territorializar e localizar os feminismos retoma a ideia do geógrafo brasileiro Milton Santos (1994) para quem território não apenas diz respeito ao espaço geográfico, mas considera o uso desse espaço como objeto de análise social, destacando sua crítica ao processo de globalização que eclode na fragmentação de territórios locais. Portanto, o livro relaciona as especificidades das experiências e denuncia formas de poder reatualizadas pelos discursos neoliberais e autoritários, mas que carregam ainda as mesmas lutas do passado, reafirmando um movimento permanente de resistência. O uso coletivo do espaço público, nessa geografia de disputa de poderes, permite que vozes confinadas possam se encontrar e produzir ecos, que viram textos, que viram armas contra a sujeição de um sistema que vem privatizando modos de viver e estar junto.

Referências

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Trad. de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

GAGO, Veronica *et al.* *Ganhar o mundo: sobre os legados feministas*. Trad. de Mariana Echalar, Cristina Cupertino e Juliana Pavão. São Paulo: Ubu Editora, 2025.

GONZALEZ, Lélia. "Racismo e sexismo na cultura brasileira". *Revista Ciências Sociais Hoje*, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

SANTOS, Milton. "O retorno do território". In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura e SOUZA, Maria Adélia (org.) *Território – Globalização e Fragmentação*. São Paulo, Hucitec/Anpur, 1994. p. 15-20.

VERGÈS, Françoise. *Feminismo decolonial*. Trad. de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo, SP: UBU, 2019.

Renata Santos Cravo (renatacravopsi@gmail.com) é psicóloga, mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicanálise Clínica e Cultura (PPGCLIC/UFRGS). É integrante do grupo de pesquisa ClínicaS de Território e do Coletivo Psicanálise na Praça da Alfândega na cidade de Porto Alegre.

COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

CRAVO, Renata Santos. "Texturas de uma geopolítica feminista". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 34, n. 1, e109728, 2026.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Não informado o uso de dados, não utilizou dados de pesquisa.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebida em 05/11/2025
Reapresentada em 16/12/2025
Aprovada em 06/01/2026

EDITORA RESPONSÁVEL

Cristina Scheibe Wolff  0000-0002-7315-1112

EDITORA CIENTÍFICA

Maria Teresa Santos Cunha  0000-0001-6200-6713